

Conselho de Administração**Membros**

Walter Fontana Filho, Fernão Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Getúlio Luiz de Alencar, Júlio César Mesquita e Roberto C. Mesquita

Opinião

Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editora-Chefe Responsável: Maria Aparecida Damasco
Editora-Chefe de Plataformas Digitais: Claudia Belfort
Diretor de Desenvolvimento Editorial: Roberto Gazzí

Diretor Presidente: Francisco Mesquita Neto

Diretor de Mercado Leitor e Operações: Christiano Nygaard
Diretor de Mercado Anunciante: Rogério Gabriel Comprido
Diretor de Produtos e Projetos: Ilan Kow
Diretor Financeiro: Jorge Casmerides
Diretor de Recursos Humanos: Fábio de Biaszi
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

estadao.com.br

A versão na Internet de O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

O showroom do otimismo



A fórmula é mais velha do que o Velho do Restelo. Quando as coisas vão mal e não há intenção efetiva, muito menos competência para endireitá-las, resta o surrado truque de fazer uma bondade para jogar areia nos olhos dos descontentes e fazer uma maldade para jogar nas costas alheias a culpa pelo descontentamento. Esses foram os movimentos que o preparador político da presidente Dilma Rousseff, o marqueteiro João Santana – o 40.º ministro do atual governo, como é chamado por quem sabe de sua importância junto à titular do Planalto –, a orientou a seguir para reerguer a popularidade abalada. Nisso, ela foi rápida. Três dias depois da publicação da pesquisa do Datafolha segundo a qual o nível de aprovação do governo caiu inéditos

8 pontos porcentuais e o favoritismo de Dilma para 2014 ficou 7 pontos menor, a presidente já estava a postos para lançar o eleitoreiro programa Minha Casa Melhor. Trata-se da linha de crédito oferecida aos beneficiários do Minha Casa, Minha Vida, à razão de R\$ 5 mil por família, para a compra de móveis e eletrodomésticos. Os juros foram fixados em 5% ao ano. O prazo para a quitação do empréstimo será de 48 meses. Para atender a cerca de 3,4 milhões de famílias, o Tesouro deverá desembolsar R\$ 18,7 bilhões, com impacto óbvio sobre as contas públicas.

Montado em palácio o showroom do otimismo, conforme o roteiro traçado pelo marqueteiro da casa, Dilma deu especial atenção às mulheres – a parcela da população que se revelou, como seria de esperar, a mais insatisfeita com o governo por causa da carestia com que se defronta nas gondolas do supermercado e nas bar-

racas da feira. Caprichando no coloquial, a presidente celebrou a substituição do tanquinho, “que usa a energia braçal das mulheres”, pela “máquina de lavar roupa automática”. A troca, vai sem dizer, melhora a qualidade de vida das donas de casa. Mais difícil é explicar como isso pode poupar-las do desgastante encontro cotidiano com os preços remarcados.

A experiência própria é que lhes dirá – e a todos os brasileiros – de que valem as enfáticas juras da presidente sobre os rumos do custo de vida. “Não há a menor hipótese de que o meu governo não tenha uma política de controle e combate à inflação”, entou. E caso alguém não tenha prestado atenção, repetiu: “Não há a menor hipótese”. Só que o ponto não é bem esse. A realidade – e aí já não se trata de hipóteses – é que aquilo que ela entende por política anti-inflacionária até agora tem sido incapaz de acuar o dragão. O Banco

Central aumentou os juros, mas o descompasso entre o que deveria sair e o muito mais que sai dos cofres federais é um breve contra a estabilização dos preços.

Mas, evidentemente, Dilma estava ali para levantar o astral dos pessimistas com a evolução de seus rendimentos e as perspectivas do mercado de trabalho – uma coisa e outra captadas pelas recentes sondagens de opinião – e não para falar honestamente dos problemas e temores do povo.

Nessa hora é que entram em cena, no papel de inimigos do País, os críticos do governo. São os que ficam “azarando”, como o Velho do Restelo dos *Lusiadas*, de Camões, que ao ver zarparem os navios de Vasco da Gama, em busca do caminho das Índias, meneava a cabeça em desaprovacão à “vã cobiça”. Ou, na paráfrase da presidente, profetizava que “não vai dar certo”. À parte a invocação

do Velho do Restelo, ela nem sequer foi original. Lula já acusava os adversários de lançar “urucubacas” contra o Brasil.

O que desanima é constatar que esse palavrório desafiador (“O Velho do Restelo não pode, não deve e, eu asseguro para vocês, não terá a última palavra no Brasil.”) e a estudada estridência do seu enunciado parecem tudo o que Dilma tem a dizer seja aos eleitores que dela se distanciam, seja aos que não se deixam levar pela retórica poliana do Planalto. Entre esses se inclui pelo menos um dos interlocutores habituais da presidente. Ela não há de achar, por exemplo, que, aos 85 anos, o economista Delfim Netto seja um Velho do Restelo quando destoa publicamente da linha oficial.

Mas que importa? Bem que ela avisou que, “na eleição, podemos fazer o diabo”. E, para Dilma, a eleição está em pleno curso.

É preciso salvar o Pacaembu

Está de volta, e com força, a infeliz ideia de concessão do Estádio do Pacaembu à iniciativa privada, que o transformaria numa “arena multiuso”, abrindo-o para shows e eventos de todo tipo. E o governo do prefeito Fernando Haddad quer fazer isso o mais depressa possível, certamente para evitar que as previsíveis reações contrárias inviabilizem o projeto, como já aconteceu no passado. A licitação para a reforma e transferência do estádio a uma empresa particular, que o exploraria por 30 anos, “tem de estar na rua até o fim do ano”, segundo o secretário municipal de Esportes, Celso Jatene.

A intenção inicial da Prefeitura era fazer a reforma do Pacaembu – que assim manteria o modelo atual – com recursos captados por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal. Mas dela desistiu ao saber que algumas empresas estavam interessadas em fazer o trabalho, com a condição de poder explorar o local, dando-lhe nova destinação. Em troca, devem assumir o custo das obras, estimado em R\$ 350 milhões.

A explicação de Jatene resume bem a posição da Prefeitura. “Não queremos”, diz ele, “gastar nenhum centavo de dinheiro público nessa transformação do estádio em arena moderna, igual às que estão ficando prontas para a Copa (*referên-*

cia às do Corinthians e do Palmeira). Vai ser um espaço ideal para lutas do UFC (*Ultimate Fighting Championship*) e para shows”. Antes de mais nada, a referência à economia de dinheiro público, feita para agradar à opinião pública, levanta uma falsa questão. Os R\$ 350 milhões só serão gastos, porque se quer que o Pacaembu seja uma “arena multiuso”.

Mas por que isso é indispensável? Certamente não é porque as “arenas” – como virou moda dizer – do Corinthians e do Palmeira podem ser “multiuso” que o Pacaembu tem de ser também. Quem disse que os destinos das três estão assim intimamente ligados? A população tem o direito de saber quem, e com base em que argumentos, decidiu que o Pacaembu deve mudar tão radicalmente. Foram ouvidos técnicos e urbanistas? E por que a população, especialmente a da vizinhança do estádio, foi ignorada? Um patrimônio da cidade, da importância do Pacaembu, não pode ser tratado dessa forma.

Final, a transformação almejada é muito grande, pois pretende-se que o estádio vire palco do UFC, a luta de artes marciais mistas que virou moda, e de shows e eventos os mais variados. O Pacaembu já passou por experiências desse tipo e elas se revelaram desastrosas para a vizinhança, que se revoltou contra o barulho provocado pelo eventos, sobretudo os shows – sem falar nos helicópteros que partici-

pam da cobertura para a televisão –, e conseguiu na Justiça a sua proibição.

A decisão judicial, reafirmada pelo Tribunal de Justiça em 2010, não permite a utilização do Pacaembu para eventos sem ligação com o esporte. Lançar projeto dessa envergadura, sem tentar antes revogar essa decisão, com a qual ele se chocou frontalmente, é algo que beira a irresponsabilidade.

Diz o secretário Jatene que a Prefeitura vai propor a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público Estadual e a Associação Viva Pacaembu, prevendo um número limitado de shows e com horário determinado. “A Associação”, acrescenta, “vai participar de todas as discussões sobre a concessão.” Ou seja, ela vai ser ouvida sobre um fato consumado. Mas o mais importante é que esqueceram de dizer ao secretário que um TAC não revoga uma decisão da Justiça.

O Pacaembu pode e deve, sim, se manter no modelo atual. Porque seu custo de manutenção é relativamente baixo – R\$ 11 milhões por ano – para as muitas atividades que permite e vão além do futebol. É um centro poliesportivo: piscinas, pistas de cooper e academia de ginástica, que podem ser usadas gratuitamente pela população, além de ginásio coberto e quadras de tênis. Sem falar no Museu do Futebol. É desse precioso patrimônio que a Prefeitura quer se desfazer. E contrariando a Justiça.

Vigiar para preservar

É alvissareira a notícia de que o desmatamento da floresta amazônica entre agosto de 2011 e julho de 2012 foi o menor da história do Brasil, com uma redução de 29% em relação aos 12 meses anteriores e de 84% comparado com a situação em 2004, quando foi lançado o Plano para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal. O governo federal e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) noticiaram que 4,571 km² de floresta tropical foram desmatados no período. Isso reflete os efeitos benéficos da criação de áreas protegidas, da regulamentação fundiária, dos incentivos econômicos sustentáveis e da adequação de atividades agropecuárias. Essas ações, de fato, reduziram a área levantada pelo sistema Prodes. Apesar da redução expressiva do prejuízo causado por queimadas e extração de madeira, a área desmatada ainda é muito grande: equivale ao triplo do Município de São Paulo. Então, o que se faz para proteger a maior floresta do mundo está funcionando, mas ainda não o suficiente para preservá-la da devastação.

Há outro indicio de que o efeito benéfico das medidas que têm sido adotadas nos últimos nove anos pode estar chegando ao limite. O sistema Deter, que capta imagens com menor precisão, mas emite resultados em tempo real, ao contrário do Prodes, que é mais sofisticado e exato, mas também mais lento,

já registra uma leve tendência devolta ao crescimento do desmate de agosto de 2012 para cá. Mas a diferença dos índices que são usados para orientar operações de fiscalização ainda é pequena para permitir fazer projeções. O secretário do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Carlos Nobre, afasta a possibilidade da reversão na redução da área desmatada, garantindo que esse combate é prioritário no plano de redução de emissões de gases de efeito estufa. “Não podemos relaxar um minuto nesse controle”, disse.

É bom que assim seja. Pois, da mesma forma como a redução do desmate da Amazônia Legal foi a boa notícia divulgada na comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, o *Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica*, divulgada pela ONG SOS Mata Atlântica e pelo Inpe, revelou uma novidade desoladora a respeito de outro sistema ecológico de grande importância. Segundo a publicação, depois de três anos em queda, o desmatamento na Mata Atlântica voltou a subir em 2011 e 2012, chegando à maior área desde 2008.

Isso é trágico, pois o bioma mais devastado e ameaçado do País – do qual restam apenas 8,5% de vegetação – perdeu 23,548 hectares, o equivalente a 148 Parques do Ibirapuera. Isso representa uma perda de cobertura vegetal 29% maior do que no período anterior (2010-2011) e 23% superior em relação ao período 2008-2011.

Entre 2008 e 2010, a área desmatada por ano foi de 10.572 hectares e, de 2010 a 2011, foi de 14.090.

A maior ocorrência de devastação aconteceu pela quarta vez consecutiva em Minas Gerais, o que levou a SOS Mata Atlântica a fazer uma denúncia ao Ministério Público mineiro, que constatou que muitas derubadas de árvores foram ilegais. “E, pior, muitas tinham autorização do governo para acontecer, só que eram procedimentos totalmente irregulares”, disse o coordenador das Promotorias de Defesa do Meio Ambiente de Minas Gerais, Carlos Eduardo Ferreira Pinto.

Para o diretor da SOS Mata Atlântica, Mario Mantovani, mais de 40% do que já foi desmatado não foi substituído por alguma atividade econômica. “O que houve em Minas foi criminoso”, ele resumiu. Esse aumento se deve à destruição de florestas em estágio médio e avançado de regeneração e intervenção em áreas de preservação permanente para plantio de eucalipto, além do funcionamento de empreendimentos sem licença ambiental. O Ministério Público entrou com duas ações civis contra dois empreendimentos e o governo de Minas foi citado como réu.

Enquanto o desmatamento se der na base de “uma no cravo e outra na ferradura”, não há como comemorar as boas novas. Deve ser redobrada a vigilância e aumentada a repressão a atividades predadoras.

tam contra o aumento de R\$ 0,20 na tarifa do transporte público. Aqueles estudantes que tomam dois ônibus por dia quando vão para a aula terão um aumento de R\$ 12 em sua despesa mensal. Será que isso abalará seu orçamento? Será que terão de tomar três chopos a menos a cada mês? Há décadas os movimentos estudantis usam o aumento de tarifas para mobilizar as massas que eles utilizam para fazer sua política interna, muitas vezes a serviço de partidos políticos. E nossas autoridades têm-se mostrado impotentes para conter a turba. Pobres estudantes, usados e abusados por lideranças profissionais. Pobres cidadãos paulistanos, que não têm quem os defenda.

HÉLIO DE LIMA CARVALHO

hlc.consult@mail.com
São Paulo

Motivo de protesto

Ninguém vai às ruas reclamar

de que anda em ônibus que são verdadeiras carroças e fica em pontos de ônibus com zero de informação sobre as linhas e quase zero de proteção contra sol e chuva. Agora, reclamar do reajuste de 6,66% das tarifas, e o último reajuste foi em janeiro de 2011, com uma inflação que deve chegar aos 6,5% ao ano, é imperdoável. Difícil acreditar que o que move esse pessoal é o preço da tarifa.

DARCIO SAYAD MAIA

daricio@sp.senac.br
São Paulo

Condição

Concordo que as passagens sejam gratuitas em ônibus, trens e metrô, mas só para: os passageiros que viajam em pé nos veículos; e os que esperam mais de 20 minutos pela condução, sob sol e chuva.

MÁRIO A. DENTE

dente28@gmail.com
São Paulo

“Dois erros: 1) protestar contra o aumento de tarifas com destruição e baderna; e 2) aumentar a maior tarifa do País para um serviço de quinta categoria”

VICTOR GERMANO PEREIRA / SÃO PAULO, SOBRE OS PROTESTOS NAS RUAS DE SÃO PAULO
victorgermano@uol.com.br

“Nossa primavera começou, igualzinho na Turquia, onde o problema da praça pública foi a gota d’água”

IVAN BERTAZZO / SÃO PAULO, IDEM
ivan.bertazzo@gmail.com

HÁ 1.354 DIAS
POR DECISÃO JUDICIAL, O ESTADO ESTÁ SOB CENSURA. ENTENDA O CASO: WWW.ESTADAO.COM.BR / CENSURA

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA

TOTAL DE COMENTÁRIOS NO PORTAL:

Políticos terão lugar reservado na Copa

Parlamentares pedem camarotes e CBF, Fifa, Comitê Local e governo do DF se mobilizam para atender

2.979

● “Lugar especial para políticos deveria ser o xilindró! Patifes!”
SIMONE DE OLIVEIRA JURANILSON SANTOS

● “Depois vem o Pelé e pede para a população não ir na abertura da Copa. Já era, tem que ir mesmo.”
VIVIANE ASSUNÇÃO

● “Realmente essa palhaçada vai mostrar o que é este país: terra do futebol e do carnaval, terra da violência e da pobreza, terra da ignorância...”
CLEIMAR FERNANDES JANSER SANTOS

O ESTADO DE S. PAULO

Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900 São Paulo - SP
Tel.: (11) 3856-2122

Redação: 6º andar
Fax: (11) 3856-2920
E-mail: forum@estadao.com

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada.

Central de atendimento ao assinante

Capital e Regiões Metropolitanas: 4003-5323
Demais localidades: 0800-014-77-20
www.assinante.estadao.com.br/faleconosco-

Central de atendimento ao leitor:

Fale com a redação: 3856-2122
falecom.estadao@estadao.com

Classificados por telefone: 3855-2001

Vendas de assinaturas: Capital: 3950-9000
Demais localidades: 0800-014-9000

Vendas Corporativas: 3856-2917

Central de atendimento às agências de publicidade: 3856-2531 – cia@estadao.com

Preços venda avulsa: SP: R\$ 3,00 (segunda a sábado) e R\$ 5,00 (domingo). RJ, MG, PR,

SC e DF: R\$ 3,50 (segunda a sábado) e R\$ 6,00 (domingo). ES, RS, GO, MT e MS: R\$ 5,50 (segunda a sábado) e R\$ 7,50 (domingo).

BA, SE, PE, TO e AL: R\$ 6,50 (segunda a sábado) e R\$ 8,50 (domingo). AM, RR, CE,

MA, PI, RN, PA, PB, AC e RO: R\$ 7,00 (segunda a sábado) e R\$ 9,00 (domingo)

Preços assinaturas: De segunda a domingo – SP e Grande São Paulo – R\$ 74,90/mês. Demais localidades e condições sob consulta.

PUBLICAÇÃO DA S. A. O ESTADO DE S. PAULO